



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

174,

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº 0303197-6 (NPU nº 0038943-07.2001.8.17.0001)

Recorrente: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

Procurador: Paulo Roberto de Lima

Recorrido: Maria Valdira Sobreira

Advogado: José do Egito Negreiros Fernandes

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. RATIFICADA A HIPÓTESE DE AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NA APELAÇÃO À EPÍGRAFE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Em apertada síntese, aduziu a parte autora, apelante, ora recorrida, ser portadora da moléstia LER – "Lesões por Esforços Repetitivos", conhecida cientificamente como DORT – "Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho", fazendo parte de um conjunto de doenças que atingem músculos e tendões dos membros superiores tais como os dedos, as mãos, os punhos, antebraços, braços e pescoço, e que tem relação direta com as exigências das tarefas executadas em ambientes físicos de trabalho, que exigem diariamente do trabalhador movimentos manuais repetitivos, continuados, rápidos e ou vagarosos, mas contínuos e durante um longo período de tempo.

2. Comprova a parte apelante a comunicação do acidente do trabalho ao INSS (fls. 20/23), por meio da CAT datada em 19/03/2001, na unidade nº 15.001.09.0, ocasião na qual foi identificado o acidente pelo nº 2001.166.874-1, tendo o médico perito a serviço do INSS, Dr. Francisco Bezerra de Carvalho Neto, concluído a avaliação da paciente – Sra. Maria Valdira Sobreira, ora parte apelante, com a afirmação de que: "Os achados eletroneuromiográficos obtidos são compatíveis com uma neuropatia por estrangulamento (Entrapment Neuropathy) leve do nervo mediano direito no túnel do carpo".

3. Em decorrência de tal situação de enfermidade, no dia 30/06/2001, o INSS, ora parte apelada, deferiu o auxílio-doença, acidentário em favor da apelante, benefício este que perdurou até 30/11/2003, quando cessou o pagamento do referido benefício auxílio-doença acidentário.

4. Colaciona aos autos diversos laudos subscrito por médico assistente, bem como exames clínicos e laboratoriais, e por meio de tais documentos a parte ora recorrida comprova a lesão no túnel do carpo (docs. às fls. 24/32, 51, e 54/61) e sua ligação com a atividade repetitiva de digitação de dados em ambiente de trabalho. Inclusive, consta esta situação evidenciada no receituário médico produzido pela Dra. Iara Silva M. de Oliveira, servidora federal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, às fls. 28, que assim afirmou: "(...)Fica claro que a paciente foi demitida com doença relacionada com o trabalho, tendo sido emitida a CAT no dia 15-3-01."

5. Portanto, ainda persistindo o estado de doença acima comentado, recorreu ao Judiciário, por meio de ação acidentária indicada à epígrafe (Processo nº 0038943-07.2001.8.17.0001), que por sentença (fls. 126/127) foi julgada



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

improcedente, passando o Magistrado Singular a extinguir o feito com resolução de mérito (art. 269, I, CPC), sob o argumento da prevalência do laudo pericial de fls. 72 e 97 dos autos à epígrafe, da lavra do médico perito nomeado pelo juízo a quo – Dr. Paulo Cezar Vidal, que em seu laudo complementar de fls. 97 concluiu pela não existência de seqüela relacionada ao trabalho.

6. Destarte, baseado no laudo acima citado, fundamentou o Julgador Singular sua decisão que pôs termo ao processo, sem resolução do mérito, como dito anteriormente. Da decisão aqui citada apelou a parte ora recorrida.

7. Contrariando também os fundamentos da Sentença e do Laudo Pericial acima mencionado, acolhido pelo Julgador Singular em sua decisão apelada, veio o Ministério Público, às fls. 147/151, opinar pelo provimento do recurso de apelação a fim de ser julgado procedente o pedido de percepção do auxílio-doença acidentário.

8. Em seguida, por meio da Decisão Terminativa ora recorrida, veio a Relatoria acolher a manifestação ministerial de fls. 147/151 integralmente, para o fim de dar provimento do apelo, para garantir a parte apelante o direito à percepção do benefício auxílio-doença acidentário em questão.

9. Assim sendo, enfrentando a questão de mérito do presente recurso, entendeu esta 3ª Câmara de Direito Público que a irresignação da parte apelante, ora recorrida, merece acolhida, não merecendo provimento, destarte, o recurso de agravo proposto contra a decisão terminativa acima citada, pelo que resta a mesma ratificada em seus termos.

10. É certo que o auxílio-acidente em exame deve ser concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

11. Logo, *in casu*, faz jus a parte recorrida ao benefício do auxílio-acidente, previsto no art.86 da Lei n. 8.213/91.

12. Desta feita, da leitura dos autos observa-se evidente a presença dos elementos conceituais pertinentes ao chamado acidente do trabalho, portanto, identificados: a causalidade, a prejudicialidade e o nexo causal (nexo etiológico) existente entre o trabalho desenvolvido, o acidente ocorrido e a lesão decorrente, inclusive com consequente incapacidade da parte ora recorrente. É o que se pode verificar da análise dos laudos periciais acostados aos autos.

13. Portanto, equivocou-se o Julgador Singular, ao decidir com base na conclusão pericial de fls. 72, uma vez que, conforme bem observado na peça opinativa ministerial de fls. 147/151, o perito judicial nomeado, Dr. Paulo César Vidal, limitou-se a afirmar simplesmente que os documentos (laudos e perícias / fls. 86/91 dos autos originais) juntados pela parte recorrente eram contraditórios com outros anexados antes do exame físico que ele mesmo havia realizado, passando a afirmar que devia prevalecer os já existentes anteriormente à perícia, sem qualquer fundamentação dada ao seu juízo de valor pericial.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

14. Destarte, restando não esclarecida a contradição apontada e a razão que o levou a defender os exames anteriores aos novos apresentados pela requerente, e que comprovam a causalidade direta entre o trabalho e o efeito acidente que vitimou a ora recorrida, que por tal circunstância deverá ver mantida a decisão terminativa que acolheu o seu apelo.

15. Dessa forma, incontroverso é o nexo causal entre a lesão e a atividade laboral da parte autora, o que implicou a redução da sua capacidade para o exercício do trabalho que habitualmente exercia, razão pela qual deve ser mantida a decisão terminativa ora contrariada por recurso de agravo.

16. Portanto, através de decisão monocrática terminativa, proferida na apelação de nº 0303197-6, foi negado provimento ao recurso por ser manifestamente improcedente.

17. A inexistência de fato novo capaz de suplantar a decisão terminativa ora recorrida, implica, inexoravelmente, no improvimento do recurso.

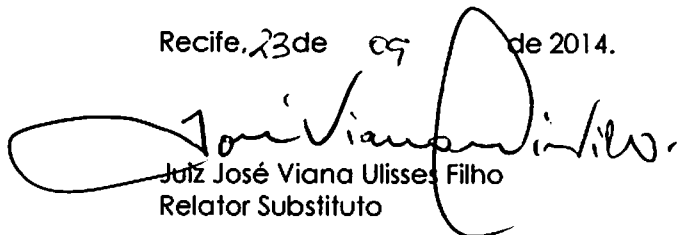
18. À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo na Apelação de nº 0303197-6.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação de nº 0303197-6, em que figura como recorrente o INSS – Instituto Nacional de Seguro Social e como recorrida Maria Valdira Sobreiro,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo na Apelação de nº 0303197-6, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Józé José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. ANTENOR SOARES

176

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº 0303197-6 (NPU nº 0038943-07.2001.8.17.0001)

Recorrente: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

Procurador: Paulo Roberto de Lima

Recorrido: Maria Valdira Sobreira

Advogado: José do Egito Negreiros Fernandes

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Agravo na Apelação à epígrafe, Interposto contra decisão terminativa exarada pelo ora Relator**, que modificou a Sentença proferida pelo Julgador Singular da Primeira Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital, que em autos de Ação Ordinária Acidentária, para efetivação de benefício e cobrança de prestações atrasadas (Processo nº 0038943-07.2001.8.17.0001), julgou improcedente a referida ação acidentária, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 269, I, CPC.

Em sede de Apelação esta Relatoria, por meio de decisão monocrática, decidiu pelo provimento do recurso de apelação, passando a reformar totalmente a Sentença de fls. 126/127, restaurando o benefício auxílio-doença acidentário B 91, desde a data de sua revogação pela autarquia INSS, parte apelada, determinando que a mesma procedesse com a implantação imediata do referido auxílio-doença acidentário, e efetuasse o pagamento em favor da parte apelante, ora recorrida, em montante equivalente ao somatório dos valores correspondentes ao benefício B 91, mês a mês, contados no prazo compreendido entre os meses de dezembro de 2003 até o julgamento da presente demanda.

A decisão supramencionada acolheu o parecer do MPPE, que opinou pelo provimento do recurso de apelo.

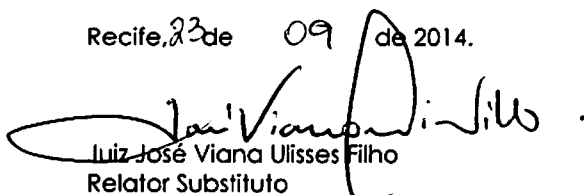
Foi contra a decisão acima comentada que se insurgiu o INSS, por meio do presente Recurso de Agravo na Apelação à epígrafe, pretendendo que esta Relatoria reconsiderasse a decisão agravada, de modo que seja negado provimento ao apelo, mantendo-se a sentença monocrática.

Ad cautelam e em segundo lugar requer desta Relatoria que, se mantiver incólume a r. decisão ora recorrida, apresente o processo em mesa conforme estabelece o estatuto de ritos (CPC), submetendo assim o presente Recurso de Agravo ao julgamento da 3ª Câmara de Direito Público.

Destarte, não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões insitas no próprio voto, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTONOR SOARES

177

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº 0303197-6 (NPU nº 0038943-07.2001.8.17.0001)

Recorrente: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

Procurador: Paulo Roberto de Lima

Recorrido: Maria Valdira Sobreira

Advogado: José do Egito Negreiros Fernandes

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

VOTO

De proêmio, entendo que a utilização do art. 557 do CPC com vistas ao enfrentamento do mérito recursal, bem como com o intuito de prestigiar as decisões desta Corte de Justiça, é forma largamente utilizada pelos Tribunais de Justiça.

Ressalte-se que se mostra clara a intenção do legislador ordinário em possibilitar ao Relator o julgamento monocrático, prestando-se, tal proceder, à desobstrução das pautas nos Tribunais, tornando a jurisdição mais célere. De outra banda, não se encontra prejudicado o recorrente, eis que o presente Recurso de Agravo na Apelação à epígrafe se destina à análise da matéria pelo órgão colegiado competente.

Logo, no mais, não assiste razão à parte recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 154/156 dos autos da apelação de nº 0303197-6, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão para que faça parte integrante da presente decisão:

XX

Acrescentamos que a questão de mérito diz respeito ao fato de que o apelante foi vítima de um acidente de trabalho e, por decorrência desse fato, foi beneficiado com o auxílio-doença acidentário. O INSS – parte apelada, ora recorrente - fez cessar tal auxílio sob alegação de que não mais havia incapacidade laborativa da parte autora. Todavia, como também observou o Ministério Público em seu parecer de fls. 147/151, nos autos inexistente a prova da realização da "perícia médica incontestes" determinante da cessação do estado de doença, capaz de justificar a suspensão definitiva do benefício em favor da apelante, ora recorrida.

Entretanto, o apelante, ora recorrido asseverou e comprovou com atestados médicos, que presentes encontram-se os requisitos necessários à concessão do benefício de auxílio doença acidentário que pretende seja restaurado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

No caso em tela, existem documentos acostados ao feito que atestam a inaptidão da apelante, ora recorrida, para exercer suas atividades laborais, como antes do evento que passou a justificar o auxílio doença acidentário.

Após o cancelamento do benefício e no curso da ação o segurado junta laudos médicos contemporâneos, dos quais podemos extrair, ao menos para os fins de um exame perfunctório, próprio da presente cognição sumária, que a apelante ainda encontra-se impossibilitada de exercer suas atividades laborais com a normalidade de antes da enfermidade "LER" / "DORT" ("Lesão por Esforço Repetitivo", cientificamente conhecida como "Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho").

Diante disso, impõe considerar que, mesmo diante de eventual argumento da parte recorrente de que os documentos médicos, que embasaram a decisão ora recorrida, tenham sido subscritos por médicos particulares, os mesmos são documentos hábeis a comprovar inequivocamente – até que desconstituídos por perícia oficial judicial melhor fundamentada – a verossimilhança da alegação da parte apelante. Máxime considerando-se nesse sentido a pré-existência de entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, em decisão da 8ª Câmara Cível:

EMENTA: DIREIRO PREVIDENCIÁRIO. REABERTURA DO AUXILIO DOENÇA ACIDENTARIO. AGRAVADA QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Precipitou-se a autarquia agravante em cancelar o benefício auxílio doença acidentário, espécie 91, sob o argumento de que a incapacidade da obreira havia cessado, quando consta dos autos atestado médico em sentido contrário.

2.Embora o atestado juntado pela agravada seja firmado por médico particular e esteja em confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referencia a capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário...omissis..."(Agravo de Instrumento. 8ª Câmara Cível. Relator: Des Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Julgado em 10.12.2009.

Também no mesmo sentido temos decisão no Agravo de Instrumento AG 198944 PE 001200800062092 (TJPE) , publicado em 25.02.2010:

Ementa: PREVIDENCIÁRIO. RESTAURAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1.No caso em apreço, atigura-se no mínimo precipitado o cancelamento do auxílio-doença percebido pelo agravado, haja vista o teor dos atestados de fls. 17/51, os quais, conquanto firmados por médicos particulares e confrontantes com o laudo avaliatório da autarquia agravante, mostram-se suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações, dada a situação de hipossuficiência do trabal[...].

Ao contrário, dos autos resta evidente que permanece o nexo causal que fez deferir o benefício discutido, assim como, acresça-se que também se comprova a correlação entre o quadro clínico de doença física da recorrida e a atividade laboral que desempenhava, enquadrando-se assim, a situação da mesma nos dispostos no artigo 20 da Lei nº 8.213/91 c/c o Anexo II do Decreto nº 6.042/2007, especialmente pelos seus itens VII, X e XI, e, o Anexo III do Decreto nº 3.048/99, quadro 6 e 8.



178

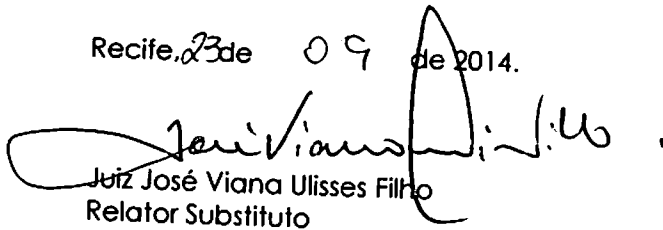
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

Isto posto entendo que estão presentes os pressupostos para a concessão do benefício pretendido.

Diante de todo exposto, ratifico a posição expressa na decisão recorrida, passando a afirmar ser o meu **VOTO** no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo na Apelação de nº 0303197-6, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação de nº 0303197-6.

É como voto.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto